



## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO FERRAMENTA DE DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Lígia Bitencourt Oliveira<sup>1</sup>  
Julianna Maria dos Santos<sup>2</sup>

### GT 6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade.

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivos, analisar, a partir da formação continuada de professores, a abordagem das questões étnico-raciais, com enfoque no papel da educação e na formação continuada dos professores para intervenção nas práticas pedagógicas em sala de aula, e identificar os mais diversos estereótipos e preconceitos com relação à população negra, que precisam ser desconstruídos e combatidos na escola, que é o local onde ocorrem grande parte dos atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação para a cidadania. A fonte de pesquisa utilizada é a bibliográfica a fim de compreender e explicar a realidade estudada. A educação possui um papel transformador e central na sociedade, de modo que, se a construção de um ensino antirracista envolve múltiplas abordagens e perspectivas, isso se deve ao caráter estrutural e sistêmico que o próprio racismo possui em nosso cotidiano.

**Palavras-chave:** Desigualdade, Diversidade étnico-racial. Educação. Formação continuada docente.

#### ABSTRACT

This article aims to analyze, from the continuing education of teachers, the approach to ethnic-racial issues, focusing on the role of education and continuing education of teachers for intervention in pedagogical practices in the classroom, and to identify the more diverse stereotypes and prejudices regarding the black population, which need to be deconstructed and fought at school, which is the place where most acts of discrimination occur and, therefore, also has an important role in the process of awareness and guidance of students in their formation process for citizenship. The source of research used is the bibliographic in order to understand and explain the studied reality. Education has a transforming and central role in society, so that if the construction of anti-racist education involves multiple approaches and perspectives, this is due to the structural and systemic character that racism itself has in our daily lives.

**Keywords:** Inequality, Ethnic-racial diversity. Education. Continuing teacher education

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação na Universidade Tiradentes/SE, Servidora Pública Municipal na Secretaria Municipal da Educação de Nossa Senhora do Socorro/SE, Grupo de Estudos e Pesquisas: Colonização, Cultura e Educação (UNIT), e-mail: [mestrado\\_ligiabo@souunit.com.br](mailto:mestrado_ligiabo@souunit.com.br).

<sup>2</sup>Doutoranda em Educação na Universidade Tiradentes/SE, Servidora Pública Estadual na Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e de Defesa do Consumidor/SE, e-mail: [julianna.santos@souunit.com.br](mailto:julianna.santos@souunit.com.br).



## INTRODUÇÃO

O aumento significativo dos debates de temáticas acerca da questão étnico-racial, em diferentes esferas e ambientes, como as universidades, Congresso Nacional, Organizações não governamentais (ONGs) e escolas, tem evidenciado o preconceito e discriminação contra os negros e sua cultura, ao mesmo tempo que tem viabilizado políticas públicas afirmativas com o objetivo de combate à discriminação e à violência.

Essas políticas públicas são pertinentes na conjuntura contemporânea, pois, conforme tem revelado pesquisas recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade social existente no país está relacionada à desigualdade racial, ou seja, os pobres e miseráveis no Brasil são, majoritariamente, negros, enquanto os ricos e a classe média são constituídos em sua maioria de brancos ou de pessoas que se identificam como tal. De caráter estrutural e sistêmico, a desigualdade entre brancos e negros na sociedade brasileira é inquestionável e persiste com a fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, mostra por exemplo, que os negros representam 75,2% do grupo formado pelos 10% mais pobres do país. (IBGE, 2019)

Assim, para que se construa uma sociedade igualitária, é necessário compreender qual o papel que cada estrutura socioeconômica desempenha na reprodução do racismo, a fim de desenhar estratégias eficazes para o seu enfrentamento. Diante desse quadro, o combate à desigualdade racial na educação é essencial, enquanto elemento indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

Nessa perspectiva, a Lei 10.639 de 2003, foi uma conquista importantíssima para adotar perspectivas mais democráticas e diversas. Construída a partir de inúmeras manifestações dos movimentos negros, a lei estabeleceu a obrigatoriedade de conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica.

Porém, a simples abordagem de conteúdos não é suficiente. Sem uma avaliação que seja colocado a representatividade, o racismo, a diversidade e outros temas em debates alinhados com sujeitos historicamente excluídos, não será colocado à discussão das relações étnico-raciais no centro do processo de construção curricular. Sem esse tipo de debate e



inclusão, a escola pode seguir sendo apenas mais um espaço de reprodução de desigualdade racial na educação e instigar inclusive situações e discussões violentas entre diferentes grupos raciais.

Uma educação antirracista não se dá pela comemoração de uma ou duas datas no calendário escolar, mas se trata de um arrojado arcabouço de ferramentas metodológicas e transformações político-pedagógicas que vão desde a formação dos professores até a disposição do espaço escolar. (GONÇALVES, 2020)

O professor tem um papel muito importante no que se refere ao combate ao preconceito racial, pois, assim ele é um agente mediador que ao perceber formas de discriminação entre os educandos, deve intervir, a fim de que cada vez menos, essas práticas aconteçam em uma escola.

Deste modo, a formação do professor seria de extrema importância para extinguir com essa visão e formar cidadãos críticos, onde o respeito à diferença tenha vez, que a escola seja um ambiente harmonioso e que todos os educandos, independentemente de raça, cor, cultura ou classe social, tenham as mesmas oportunidades. Através da formação dos professores se tornará mais fácil para o professor enxergar as atitudes racistas quando elas ocorrerem, sejam explícitas ou implícitas, no ambiente escolar, a fim de que façam a intervenção adequada, inibindo toda e qualquer forma de preconceito racial que venha ocorrer.

## **O RACISMO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL**

O ambiente acadêmico, visivelmente, em sua maioria, é composto de forma homogênea, que por vezes não traduz a realidade brasileira, em suas raças, classes e gêneros. A população brasileira, em sua maioria é formada pela população negra, de acordo com o PNAD 2019, que constatou que 56,2% dos brasileiros são negros. Já os níveis acadêmicos mais altos são constituídos, em sua maioria, por indivíduos brancos, de classe média, e gênero masculino, exceto quando é possível constatar diversas mulheres os auxiliando, mas raramente dividindo o mesmo cargo. Segundo o estudo de desigualdades sociais por cor e raça no Brasil (IBGE, 2019, p. 7) das pessoas entre 18 e 24 anos no ensino superior, 36,1% são pessoas brancas, enquanto 18,3% são pretas.



A maior parte das obras não foi produzida partindo da experiência de determinados grupos, porque o lugar social ocupado pelos grupos dominantes restringe oportunidades para os demais. O homem branco está em uma posição social que lhe concede privilégios, e esse privilégio social gera o privilégio epistêmico, porque eles constroem o saber e o colocam como legítimo. Esse grupo dominante pode falar sobre todos os assuntos e ter conhecimento sobre todos eles sem ser questionado. O que o homem branco construiu é tido como o paradigma ético, moral e social, e tudo que não se enquadra nele, é tido como uma outra vertente de pensamento, uma outra opinião, uma outra forma de reflexão, sempre o “outro” que se opõe ao “correto”. Mas, se a ciência se desenvolve apenas de um ponto de vista, ela é pobre e limitada e não traduz a realidade.

Para que determinado grupo ocupe de forma heterogênea determinadas posições, foi necessário silenciar e oprimir outros grupos, impedindo que estes também fossem oportunizados. As mulheres negras estão na base da pirâmide social, porque o racismo estrutura as relações sociais, já que a subalternidade não partiu dos negros. E com isso não se quer dizer que o homem branco não possui méritos e não pode usufruir deles, mas que a sua cor de pele, não deixou a sua vida ainda mais difícil.

O propósito do pensamento das mulheres negras é distinto, pois, as teorias sociais que surgem dos grupos historicamente oprimidos têm o objetivo de encontrar maneiras de sobreviver à injustiça econômica e social. A participação das mulheres negras na construção da cultura e as perspectivas formadas a partir dessa posição contribuíram para a formação de um ponto de vista exclusivo desse grupo com visões específicas acerca das contradições ideológicas do grupo dominante, levantando questionamentos acerca da desvalorização da produção do grupo. (COLLINS, 2019, p. 8 e 12)

Segundo Collins (2019, p. 13), durante a história, as mulheres negras intelectuais desenvolveram o pensamento feminista negro como instrumento de teoria social crítica, ainda que não houvesse consonância quanto a forma que essa ferramenta era expressada. Entretanto, todas essas mulheres foram afetadas pelas opressões interseccionais de raça e gênero, que proporcionou a exclusão das ideias de mulheres negras do discurso acadêmico dominante.

Conforme preceitua Locke (1983, 48), “[...] que os princípios inatos de moralidade podem, mediante educação, costume e a opinião geral daqueles com quem conversamos, serem apagados e, finalmente, estropiados das mentes dos homens.” (p. 48).



Essa é uma realidade fruto de uma construção histórica que privilegiou certos grupos em detrimento de outros, e que levou as mulheres negras a estarem na base de uma pirâmide hierárquica sem que fosse possível a ascensão de forma igualitária.

## **SOBRE RACISMO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Vários acontecimentos compõem a colonização do Brasil, acontecimentos que resultaram na sociedade atual, mas destes a escravidão é um dos mais graves e determinantes (VILA NOVA; SANTOS, 2013, p. 21). O pensamento colonial impulsiona os pesquisadores a reverem a produção intelectual que tem sido consumida, compreendendo o fato histórico que foi a colonização e o seu reflexo determinante. Os colonizados passaram por um processo de desenvolvimento diferenciado, que interfere nas suas formas de enxergar o mundo e sua própria civilização, sendo necessária uma revisão de como foram constituídas e fundamentadas as bases de toda a produção que é adquirida (SANTOS, 2017, p. 94).

Sueli Carneiro (2003, p. 1) enfatiza que o racismo no Brasil apesar de ser um reflexo do período colonial, ganha uma nova arquitetura de existência. Carneiro afirma que o período colonial continua intacto ao se analisar as relações de gênero e cor que foram instauradas no período da escravidão e se mantém até hoje. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferente de qualquer outro grupo, o que contribuiu para sua formação também distinta.

A máxima da igualdade de deveres e obrigações naturaliza a inferiorização e subalternização dos negros, que é entendida como falta de interesse ou vontade, ou até mesmo falta de capacidade, ignorando o motivo de tanta divergência de oportunidades. (BATISTA, 2018, p. 2583)

Fernanda da Silva Lima e Karine de Souza Silva (2020), no artigo “Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à Brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero” refletem acerca de cinco desobediências relacionadas a branquitude acadêmica, e ao potencial das teorias críticas e estudos decoloniais. A primeira desobediência está relacionada à linguagem utilizada e reforça a necessidade das mulheres negras falarem por si mesmas. A segunda versa sobre o reconhecimento e inclusão das epistemologias negras nas teorias críticas. A terceira desobediência demonstra a fragilidade das teorias críticas que propõem



abrangência, mas ignoram a colonialidade do poder e do saber, negligenciando as questões acerca da raça e gênero. Já a quarta desobediência critica o feminismo tradicional que abrange os problemas enfrentados pelas mulheres a partir da perspectiva da mulher branca e ocidental. Por fim, a última desobediência versa sobre o direito à fala e traz um debate acerca da pouca representação das mulheres negras na bibliografia dos cursos, causando um silenciamento acadêmico desse grupo.

Nesse sentido, Patrícia Hill Collins (2019, p. 8) traz a ideia de um pensamento feminista negro como teoria social crítica, afirmando que a supressão do desenvolvimento intelectual das mulheres negras no ambiente acadêmico tradicional e as críticas ao conhecimento proveniente dessas mulheres contribuem para a subordinação das mulheres negras. Collins (2019, p. 8) afirma que os grupos oprimidos têm uma certa consciência dessa opressão e essa consciência incentiva a transmissão desses saberes de uma forma crítica com o objetivo de se opor à opressão.

Essa abordagem crítica diverge da teoria acadêmica padrão à medida em que o propósito do pensamento das mulheres negras é distinto, pois, as teorias sociais que surgem dos grupos historicamente oprimidos têm o objetivo de encontrar maneiras de sobreviver à injustiça econômica e social. A participação das mulheres negras na construção da cultura e as perspectivas formadas a partir dessa posição contribuíram para a formação de um ponto de vista exclusivo desse grupo com visões específicas acerca das contradições ideológicas do grupo dominante, levantando questionamentos acerca da desvalorização da produção do grupo. (COLLINS, 2019, p. 8 e 12)

No cenário aqui apresentado, destaca-se uma preocupação constante no campo da educação — a questão do racismo na formação de professores. Ao pensarmos sobre essa questão, a educação então é entendida como “[...] um amplo processo, constituinte da nossa humanização que se realiza em diversos espaços: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, nas escolas, dentre outros” (GOMES, 2002, p. 38). A educação assume, aqui, sua multiplicidade, afirmando-se e reafirmando-se como espaço não só de conteúdos e saberes escolares, mas também de valores da vida cotidiana que produzem outros novos saberes, e acontece no cenário brasileiro de desigualdades, tendo como um dos seus recortes a questão racial.



O preconceito racial é um problema educacional que merece ser cada vez mais abordado, tanto nos cursos de graduação que formam profissionais da educação, quanto nas formações continuadas, haja vista que leva muitos educandos a desistirem de estudar, gerando violência, opressão e exclusão da pessoa que sofre esse tipo de preconceito. A formação do educador para o tratamento da diversidade étnica e racial, no contexto escolar, é de suma importância para uma prática profissional cotidiana e segura para a inclusão da diversidade racial. No entanto, o não acesso à informação e formação específica para a sua prática educativa em relação à temática, não o isenta da responsabilidade e sensibilidade com o tratamento da diversidade e proteção dos alunos frente às situações de discriminação. (SANTOS, 2007, p. 77)

Uma das possibilidades para que algo substancial seja possível de ser realizado na escola, no tocante às relações raciais, diz respeito à formação de professores. Para isso, Freire (1999, p. 50) salienta que o importante, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do processo educativo, das práticas pedagógicas emancipatórias, do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando coragem. O autor destaca que um dos principais papéis da escola é formar cidadãos críticos e reflexivos. Isso inclui os professores, pois eles irão mediar a relação entre preconceito e cidadania.

Quanto à formação de professores é relevante também destacar a posição de professores que diante de situações discriminatórias, preconceituosas ou racistas ocorridas no espaço escolar, não sabem lançar mão destas, como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 15)

Vale ressaltar a importância de trazer ao cerne das discussões na escola as questões raciais no Brasil, desmistificando o racismo e superando a discriminação racial. Não é uma tarefa fácil propor isso, pois o racismo é algo muitas vezes naturalizado. É preciso combatê-lo de forma real e, no que diz respeito, à formação de professores, pensar estratégias que busquem a transformação do homem em sujeito de sua realidade histórica, humanizando-o, despertando nele o desejo de lutar pela liberdade, pela “desalienação” e pela sua afirmação enquanto cidadão (FREIRE, 1999, p. 37).



Segundo Gomes (2012, p. 102), é importante reafirmar “[...] a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e conscientes sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos”. As estratégias individuais e coletivas se tornam cada vez mais necessárias, buscando assim uma formação de professores que promova uma nova relação com a desigualdade, a diversidade cultural e o conhecimento, enfatizando a importância de problematizar a temática das relações raciais nas escolas e assim combater o racismo.

Nesse contexto, Munanga (2005, p. 18), enfatiza que abandonar velhos hábitos e pensamentos racistas; saber quem é o Outro no processo de produção das identidades, respeitando-o em suas diferenças; conciliar escola, formação de professores, currículo e educação étnico-racial são caminhos possíveis para inventar estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo.

## **O PROFESSOR COMO AGENTE MEDIADOR PARA UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA EM CONSONÂNCIA COM A LEI 10.639/03**

Entende-se que a escola é um ambiente socializador, onde existem educandos das mais diversas culturas, raças e religiões e, que deve acontecer o respeito mútuo e a valorização às diversidades, tanto culturais, como raciais. Tudo isso se faz necessário para que ocorra efetivamente uma aprendizagem de qualidade e a formação de um cidadão crítico, consciente dos seus direitos e deveres. O homem deve ser instruído pela escola, não apenas em suas relações individuais, mas também na forma como faz parte do geral. (FRÖEBEL, 2001)

Neste sentido, o racismo adentra a escola, haja vista que pode ser eliminado com ações preventivas ou intervenções no ato em que ocorrer e, sem isso, ele pode permanecer na instituição, acarretando diversos problemas neste sentido.

Pensando desta forma, o professor se torna um grande aliado no que se refere à desmistificação da inferioridade do negro, bem como, para valorizar a sua cultura, reconhecendo-o como sendo importante para a formação da sociedade brasileira.

Deste modo, a formação continuada de professores, ajudará no sentido de levar os educandos à uma verdadeira reflexão no que se refere a questão racial, no sentido de levá-los a compreender o quão importante é o respeito e a tolerância do outro, em sua cultura, raça e religião. A Lei nº 10.639/03 foi criada com o objetivo de contribuir na eliminação do



preconceito racial que se vivencia, uma vez que instituiu “[...] a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares em toda a rede de ensino pública ou privada.” (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, 2008, p. 16).

Conforme Comenius (1649, p. 44), “também a invenção de um método perfeito está sujeita a críticas”. Assim, a partir de leis como essa, é possível, aos poucos, quebrar a barreira existente entre brancos e negros, eliminando atitudes preconceituosas, construindo uma sociedade mais justa, em que todos, independentemente, de raça ou cor, sejam tratados da mesma maneira e tenham os mesmos direitos. Portanto, a Lei 10.639/03 “[...] sinaliza para um modelo educacional que prioriza a diversidade cultural presente na sociedade brasileira e, portanto, na sala de aula, de modo que as ideias sobre reconhecimento, respeito à pluralidade cultural, democracia e cidadania prevaleçam em todas as relações que envolvem a Educação e a comunidade escolar, desde o processo de formulação de políticas educacionais, de elaboração de currículos escolares e de formação de docentes até as atividades pedagógicas, metodológicas e de acolhimento de educandos.” (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, 2008, p. 16).

Mas essa lei foi elaborada somente para o ensino fundamental e médio. Subentende-se, que os cursos de licenciatura e as políticas de formação continuada de professores farão a sua parte, preparando os professores, uma vez que podemos observar no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Vol. 2), documento este criado para a Educação Infantil, a existência do conteúdo “Respeito à Diversidade”, para que o professor trabalhe com seus alunos essa temática, envolvendo, portanto, as relações raciais.

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas (RCNEI, Ministério da Educação e do Desporto, VOL 2, 1998, p. 41).

Portanto, este documento disponibiliza uma direção, para que o professor possa, através das suas intervenções contribuir para a eliminação do preconceito racial de sua sala de aula, da escola, enfim, da própria família de cada educando e da sociedade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação possui um papel transformador e central na sociedade, de modo que, se a construção de um ensino antirracista envolve múltiplas abordagens e perspectivas, isso se deve ao caráter estrutural e sistêmico que o próprio racismo possui em nosso cotidiano. Educar para a diversidade, enfrentando as desigualdades, é um desafio histórico que demanda escuta, atenção e compromisso com a equidade.

Pensar a formação de professores e o racismo traz importantes discussões sobre as questões raciais, insistindo na reflexão e reformulação dos currículos e na promoção de políticas públicas antirracistas. Além da necessidade de se fazer cumprir a legislação, é preciso que os sujeitos abandonem práticas racistas enraizadas na sociedade e que abandonem também práticas de discriminação racial. Torna-se urgente respeitar as diferenças e o outro em sua alteridade.

Importante reafirmar ainda a necessidade de se adotar na educação a produção de estratégias e ações relacionadas à temática étnico-racial para aplicação nas escolas, com vista ao cumprimento da Lei n. 10.639/03. Com isso, é importante tratar a questão da pessoa negra para todos, respeitando as várias formas de ser e existir no mundo.

É fundamental que a educação assuma sua tarefa de combate ao racismo e a importância de adotar ações que busquem preparar os futuros professores no seu processo de formação, para lidarem com as questões étnico-raciais nas escolas. Um professor formado e informado consegue perceber o preconceito racial e pode, através de suas intervenções, fazer com que ele deixe de existir na escola. Isso será a contribuição primordial para transformar o espaço escolar em um ambiente em que todos se respeitem e se valorizem no que se refere à diversidade existente, para que assim, possamos formar uma sociedade não preconceituosa.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Waleska Miguel. **A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural.** Direito e Práxis, Campinas, v. 9, n. 4, p.2581-2589, 21 out. 2018.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.



Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **"Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero"**. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COMENIUS, John. **Didática Magna.** Disponível em: [https://www2.unifap.br/edfisica/files/2014/12/A\\_didactica\\_magna\\_COMENIUS.pdf](https://www2.unifap.br/edfisica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRÖEBEL, Friedrich. **A Educação do homem.** Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 9, 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.9.0.38-47>. Acesso em 16 jul. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 98-109, 2012.

GONÇALVES, Ednéia. **Avanços e desafios para uma educação antirracista.** Nexo Políticas Públicas, 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/pergunta-a-um-pesquisador/> 2020/11/04/Edn%C3%A9ia-Gon%C3%A7alves-avan%C3%A7os-e-desafios-para-uma-educa%C3%A7%C3%A3o-antirracista. Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** 2019. (Informação Demográfica e Socioeconômica n. 41)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdade Racial na educação brasileira: um Guia completo para entender e combater essa realidade.** 2019. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 09 jul. 2021.

LIMA, Fernanda da Silva; SILVA, Karine de Souza. Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero. **Empório do Direito,** 2020. Disponível em: <https://emporioidireito.com.br/leitura/teorias-criticas-e->



estudos-pos-e-decoloniais-a-brasileira-quando-a-branquitude-academica-silencia-raca-e-genero. Acesso em: 02 fev. 2021.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores).

MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39- 67.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES: **expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio** / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

SANTOS, Ângela Maria. **Vozes e silêncio do Cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros**. Cuiabá, EdUFMT, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 4).

SANTOS, Gustavo Alvarenga Oliveira. Psicologia fenomenológico-existencial e pensamento decolonial: um diálogo necessário. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 9, n. 3,p.93-109, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217525912017000300007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217525912017000300007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 31 out. 2020. <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoUFEN.vol09.n03artigo16>.

VILA NOVA, A.; SANTOS, E.A. **Mulheres Negras**: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. 1ª edição digital: Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2013.